

## ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO CAMPUS PETRÓPOLIS

Aos sete dias do mês agosto de dois mil e dezenove, às quinze horas e doze minutos, no salão nobre do *campus* Petrópolis, foi realizada a quarta reunião ordinária do Conselho do *campus* Petrópolis - CONPUS, presidida pelo diretor do *campus*, Frederico Ferreira de Oliveira, e com a presença dos membros natos: gerente acadêmico, Welerson Fernandes Kneipp; gerente administrativo, Carlos Silva de Jesus; coordenador do curso Técnico em Telecomunicações, Felipe da Rocha Henriques; coordenador do curso de Bacharelado em Turismo, Rafael Teixeira de Castro (substituto); coordenador do curso de Licenciatura em Física, Leandro Tavares da Silva; coordenador do curso de Bacharelado em Engenharia de Computação, Claudio Maia Alves José; e dos membros eleitos, representando os docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT): Glauco dos Santos Ferreira da Silva e Felipe da Silva Ferreira (titulares); representando os servidores técnico-administrativos: Márcia Rodrigues Ferreira Alves e Faria (titular) e Leonardo Souza Santos (suplente); representando a Extensão: Patrícia Ferreira de Souza Lima (titular); representando os discentes da graduação: Ester Cristina Mello Guerra (suplente). Vacantes: os representantes eleitos da Pesquisa e dos discentes do ensino médio e técnico. Expediente Inicial: constatado quórum para a sessão, o presidente iniciou a reunião com o encaminhamento de aprovação da ata da terceira reunião ordinária de dois mil e dezenove. Resultado da votação: aprovada por unanimidade (doze votos). Encaminhada também à votação a ata da primeira reunião extraordinária de dois mil e dezenove: aprovada por onze votos com uma abstenção (da representante Márcia Alves). Abrindo às Comunicações, a professora Elisabeth, representando o NELINE (Núcleo de Estudos em Linguagens da Educação), comunicou que será enviado, até o dia vinte e oito deste mês, o projeto para especialização em ensino de linguagem em educação básica, com a expectativa de quarenta vagas a partir de dois mil e vinte, caso o projeto seja aprovado pela Diretoria de Pós-Graduação, tendo como missão abrir mais vagas e articular o Cefet/RJ com a comunidade externa. Informou, ainda, que o professor Glauco Santos também fará parte deste Núcleo, como um de seus membros. Comunicações da Direção: não há previsão de descontingenciamento de verbas, permanecendo os valores de diárias e passagens previstos anteriormente. Quanto ao contrato de fretamento de ônibus, houve um acréscimo de mais dez mil quilômetros para serem utilizados até julho de dois mil e vinte. Informou também que ainda não houve posicionamento do MEC quanto à nomeação do professor Mauricio Motta como Diretor-Geral, que acumula, atualmente, as funções de vice e de diretor. Comunicações da GERAC: o gerente acadêmico, Professor Welerson Kneipp, estima que os trabalhos da Comissão de uniformização dos instrumentos de autoavaliação dos cursos finalizem até o final deste ano. Informou, ainda, que ontem



40 iniciaram os trabalhos da Comissão de Revisão dos Espaços, presidida pela  
servidora Camila Borges. O Professor Welerson também complementou a fala da  
professora Elisabeth, informando que, embora ela tenha solicitado aprovação formal  
do CONPUS, o processo de abertura de curso de pós-graduação possui edital  
45 próprio, não constando a etapa de aprovação por este Conselho. Por este motivo, o  
assunto foi trazido a esta sessão na forma de comunicações. Entende que a  
estrutura física e o Colegiado atual são suficientes para atender às demandas desse  
curso. Passando a palavra ao conselheiro Glauco Santos, este comunicou que  
participou da reunião do Fórum Estadual do FORPIBID - Residência Pedagógica,  
realizada em julho no *campus* Nova Iguaçu da UFRRJ, sendo definida a data do  
50 Seminário Estadual do Programa a realizar-se no dia treze de novembro deste ano,  
no *campus* da UNIRIO. O Cefet/RJ – *campus* Petrópolis irá participar com os  
bolsistas dos dois programas. Passando à Ordem do Dia, o diretor concedeu a  
palavra ao professor Cristiano Barbosa de Moura, para tratar das discussões,  
encaminhamentos e votação do Projeto de Abertura de Curso (PAC) do Curso  
55 Técnico em Guia de Turismo regional/nacional integrado ao Ensino Médio. O  
Professor Cristiano iniciou a sua explanação falando a respeito do desenvolvimento  
do PAC de sua trajetória profissional como TAE e docente. Considerou bastante  
democrática a consulta aos setores técnico-administrativos acerca da abertura do  
curso e comentou sobre os resultados dos sete pareceres técnicos: quatro  
60 favoráveis (com restrições) e três desfavoráveis. A respeito da Biblioteca, mencionou  
que o parecer foi favorável, desde que observadas as necessidades de expansão do  
setor e de adequação do espaço físico. Quanto a esse parecer, destacou que o  
curso proposto verticaliza com o de bacharelado em turismo e, portanto, já existe um  
acervo, necessitando apenas adequar ao nível de ensino e de comprar algumas  
65 unidades. Quanto ao parecer da SEACO, este foi favorável. Quanto à SEPAT, seu  
parecer também se posiciona favorável, desde que resolvidas algumas questões  
previamente: quanto aos espaços para aulas de educação física e espaço para  
refeições, o professor Cristiano alegou que são problemas já existentes e discutidos  
pelo curso integrado de telecomunicações, tais como a questão da quadra de  
70 esportes que vem sendo resolvida ano a ano. Alegou que estão buscando uma  
solução definitiva e acredita que esse problema prejudica, mas não inviabiliza a  
criação de curso. Sobre o espaço para refeições, entende que esbarra em questões  
de infraestrutura e de verba pública, assuntos que já foram discutidos em reuniões  
passadas. Quanto ao número de salas de aula informados no PAC, que não seriam  
75 condizentes com a realidade, alegou ter levado em conta as turmas que finalizarão  
em três anos, os dias da semana e os turnos da tarde abrangidos. Serão ocupadas  
cinco salas no turno da tarde, referentes às duas turmas do curso de Telecom e do  
curso de Turismo, e quatro salas no turno da manhã. Mencionou ainda terem sido  
consideradas as possibilidades de contraturno e de abertura do curso de licenciatura



80 em matemática. O representante Felipe Ferreira complementou a fala de Cristiano, lembrando que no terceiro ano do curso Telecom só haverá aulas no turno da manhã. Quanto ao número de materiais de consumo e permanente, Cristiano Moura alegou que entrará em contato com o setor para informações mais precisas a fim de adequar o projeto. Quanto à ausência de um servidor psicólogo, mencionado neste e  
85 em outros pareceres, alegou que a administração do *campus* já vem envidando esforços no sentido de resolver esta situação em breve, sendo uma preocupação constante dos professores. Quanto ao parecer da SUPRE, que foi favorável desde que observadas as questões de infraestrutura relacionadas às salas de aula e à quadra poliesportiva, alegou já ter se posicionado em relação a esses assuntos  
90 quando tratou dos pareceres anteriores. Quanto ao parecer desfavorável da SAPED, referente ao prazo de solicitação para abertura de curso, o professor Cristiano reconheceu que o projeto foi proposto em cinco de julho de dois mil e dezenove, iniciando sua tramitação cinco dias após o prazo regimental. No entanto, acrescentou que a Comissão decidiu continuar com a tramitação do projeto e, caso  
95 as instâncias superiores considerem não ser possível para dois mil e vinte, será proposta a abertura para dois mil e vinte e um. Sobre os índices de evasão dos cursos atuais, mencionou as comissões institucionais de permanência e êxito, que estão estudando essa questão e propondo diversas ações para contornar este problema. Mencionou que o colegiado de Telecom já implementou ações, cujos  
100 resultados serão avaliados no final deste ano. Quanto à evasão nos cursos superiores, especialmente no curso de Física, acrescentou ser este um problema complexo enfrentado por várias instituições. Acredita que os índices de evasão estejam relacionados ao interesse dos alunos pelos cursos que são ofertados, e acredita que o curso proposto reduzirá esses índices, entendendo haver maior  
105 afinidade dos jovens com as disciplinas do curso de turismo. Sobre problemas estruturais, alega que o tombamento do imóvel ocupado pelo *campus* limita algumas ações de adequação/ampliação de espaços, mas não inviabiliza a abertura do curso. Sobre programas de assistência estudantil, alegou que, atualmente, a legislação é insuficiente para atender às demandas e que o cenário político não sinaliza  
110 melhoras; contudo, alertou para a necessidade de repensar o papel da instituição neste cenário de crise. Considera que a luta (política) por verba de assistência acontece dentro e fora da instituição. Sobre os serviços prestados pela SAPED, reconhece este setor como fundamental, especialmente para os cursos de ensino médio, recomendando à Direção do *campus* a análise de sua demanda, para  
115 possivelmente priorizar esse setor quando ingressarem novos servidores TAEs. Quanto ao parecer desfavorável da SERAC, no que se refere ao esgotamento estrutural e de recursos humanos desse setor, entende que essa demanda também poderá ser sanada com abertura de novos concursos. Quanto ao parecer desfavorável da SINFO, considerou as colocações como pertinentes, mas



120 argumentou que algumas questões já foram sanadas, tais como a falta de assistentes de aluno, considerando que o ensino médio conta com dois servidores na SEDIS. Quanto à falta de assistente de laboratório, reconhece a necessidade, mas entende ser contornável com a readaptação de horários, o que já vem sendo praticado. Alegou que os problemas apontados nos pareceres não estão impedindo

125 ao *campus* de obter bons resultados no ENEM, conforme noticiado nas redes sociais. Sobre a reorganização de espaços, medidas estão sendo tomadas pela direção do *campus* para análise e readequação de espaços e atividades, dentro das limitações deste prédio histórico. Sobre a infraestrutura de rede, reconhece que estamos longe de uma situação ideal e que este quesito será reavaliado com a

130 criação do curso. Contudo, entende que a situação pode ser considerada boa, se comparada à realidade de outras instituições federais de ensino. Sobre a sugestão de abertura de cursos de pós-graduação *lato sensu*, argumentou que a professora Elisabeth já apresentou proposta nesse sentido. Quanto à criação de políticas de aproveitamento de vagas ociosas, apesar de considerar a ideia como oportuna,

135 alega tratar-se de uma questão institucional. Citou a UFRJ, o Colégio Aplicação e o Pedro II como exemplos de instituições que adotaram esse tipo de medida. O representante Cláudio Maia apresentou dúvida quanto ao número de salas que serão utilizadas, indagando se foram consideradas as disciplinas optativas do curso de engenharia. O professor Cristiano respondeu que, mesmo considerando as

140 optativas, será mantida a estimativa de ocupar cinco salas no turno da tarde. A professora Daniela Frey acrescentou que não deve ser considerada a evasão como argumento, uma vez que ainda não existe este curso no *campus*, sem dados para serem analisados nesse sentido. Entende que poderá haver uma maior identificação dos alunos com a área do curso proposto, abrindo novas oportunidades. Alegou que

145 os problemas apresentados nos pareceres não podem ser colocados como argumentos impeditivos para abertura do curso, uma vez que se reconhecermos formalmente isso, nenhum curso poderia ser ofertado no *campus*. Em relação à fala da professora Daniela Frey, a pedagoga Márcia Alves esclareceu que o parecer da SAPED não afirmou que o curso não deveria ser aberto porque poderia apresentar

150 evasão. Conforme a chefe da SAPED, em resposta à necessidade de melhorar a relação professor/aluno – argumento utilizado para justificar a necessidade da criação do curso – o setor alegou que a instituição deveria, antes de pensar na abertura de novos cursos, investir na melhoria das condições de oferta dos cursos existentes e na promoção de ações que pudessem combater as altas taxas de

155 evasão e de reprovação apresentadas, entendendo que essas medidas naturalmente elevariam as taxas de conclusão e aperfeiçoariam a razão aluno/professor. Esclareceu que na hipótese de o curso ser aprovado, ainda que boa parte dos setores técnico-administrativos tenham se posicionado contrariamente a sua abertura, os servidores buscarão se adaptar à realidade e realizar o melhor

160 trabalho possível. Destacou, entretanto, que a abertura de um novo curso não pode  
desconsiderar o cenário desfavorável que hoje se apresenta, caracterizado pelo  
contingenciamento de recursos federais. Afirmou que as dificuldades relatadas nos  
pareceres de fato existem, sendo necessário reconhecê-las. Ressaltou que os  
espaços necessários ao funcionamento de um curso, especialmente do nível médio,  
165 não devem ser pensados exclusivamente como salas de aula, posicionamento este  
já apresentado por ela em outras ocasiões. Mencionou a importância de se  
considerar outros espaços, tais como espaços de convivência dos alunos, espaços  
para reuniões e para a alimentação dos estudantes. Alertou para o fato de que  
algumas das dificuldades relativas aos espaços foram pontuadas por alunos em  
170 reuniões de Conselho de Classe. Por fim, indagou ao presidente do CONPUS qual  
seria o peso dos pareceres que serão anexados ao projeto, uma vez que parte dos  
setores havia se posicionado desfavorável, e os que foram favoráveis apresentaram  
restrições. O professor Cristiano disse compreender seus argumentos, mas entende  
que vários pontos estão sendo remediados, e que, se forem levadas em conta todas  
175 as restrições apresentadas, talvez não pudesse ser ofertado o ensino médio neste  
prédio, compreendendo o imóvel como inadequado. Considerou pertinentes os  
pareceres para um olhar acerca dos problemas existentes, mas que devem ser  
ponderados os pontos positivos e negativos a respeito da abertura do curso. A  
pedagoga Márcia Alves esclareceu que, em relação ao prazo, levou em conta o  
180 previsto na Resolução que estabelece as normas para a criação de cursos técnicos,  
segundo a qual a abertura do processo deve ser feita no período de janeiro a junho  
do ano anterior ao previsto para o início do curso. Perguntou se ainda seria possível  
abrir o curso para dois mil e vinte. E, considerando a hipótese de a abertura somente  
ser possível para dois mil e vinte e um, apresentou o encaminhamento de que a  
185 apreciação do PAC e sua votação fossem adiadas para o início do próximo ano,  
período em que já seria possível obter resultados dos trabalhos que estão sendo  
desenvolvidos pela Comissão instituída para revisão dos espaços do *campus*. O  
professor Cristiano entende que as resoluções existem para reger os processos,  
mas pretende que o processo continue tramitando, considerando ter iniciado no  
190 momento em que foi enviado por email para apreciação dos setores. O gerente  
acadêmico, Welerson Kneipp, se posicionou quanto ao parecer da SEPAT, no que  
se refere aos recursos financeiros, esclarecendo que os valores foram estimados  
com base no PAC da Matemática e que a DIRAP irá analisar os impactos financeiros  
que poderão ser gerados pelo novo curso. Quanto ao prazo até junho, o professor  
195 Welerson disse ter consultado o vice-diretor em exercício da DIREG, professor  
Maurício Motta, obtendo a informação de que este prazo refere-se ao trâmite para  
que o novo curso entre no edital do ano seguinte. Welerson Kneipp entende que, se  
houver interesse da DIREG em dar celeridade ao processo, o projeto poderá ser  
analisado na reunião do CEPE deste mês e, assim, possivelmente, ficaria dentro do





200 prazo de colocação no edital de dois mil e dezenove. Disse que a GERAC participou do projeto, e que foi consultada várias vezes, especialmente para tratar dos assuntos relacionados à infraestrutura. Entende que a abertura do curso não causará impacto significativo nas salas de aula. Pede que seja considerada a necessidade de hum mil e quatrocentos alunos matriculados para atender ao modelo

205 da instituição. Estima que, com a abertura desse curso e do curso de Matemática, o *campus* ficaria próximo de atingir esse número de alunos. Pediu também que seja levada em consideração a necessidade de abrir o novo curso para tentar atingir a carga horária docente prevista na Portaria de número dezessete da SETEC. A técnica em assuntos educacionais da SAPED e representante do NAPNE, Daphne

210 Holzer, argumentou que a SAPED do *campus* Petrópolis é a única do sistema Cefet/RJ que atende aos dois níveis ensino: graduação e técnico integrado, e que as ponderações do setor pautaram-se na realidade concreta. Segundo Daphne, com exceção do psicólogo, o setor está plenamente composto e, em relação à fala do professor Cristiano a respeito de novas contratações, esclareceu que não há, por

215 parte do setor, solicitação neste sentido. Considerou que, apesar deste prédio não ter sido planejado para ser uma instituição de ensino, o *campus* procura atender à comunidade local. Em relação ao projeto de acessibilidade, acredita que não será possível tornar o prédio acessível até o início de dois mil e vinte, por não tratar-se apenas de uma questão arquitetônica. Frisou que a acessibilidade é de fato um

220 motivo de preocupação, tendo em vista a necessidade de atender à legislação sobre a matéria. Alegou, ainda, que essa questão também implica na aquisição de materiais permanentes e de consumo, que poderá ser prejudicada por conta do contingenciamento de recursos, fato este sinalizado no parecer da SEPAT. A representante discente, Ester Guerra, considera que a assistência estudantil impacta

225 diretamente nas questões da evasão, da permanência estudantil e do espaço democratizado. Entende que a abertura do curso impactará nas questões de espaço e de assistência estudantil e reconhece como relevante as considerações das representantes da SAPED e do NAPNE. Reconhece não ser o caso de inviabilizar a abertura do curso, mas de repensar a materialidade dos espaços. O professor

230 Cristiano argumentou ser importante investigar o perfil os alunos que evadem e que estudos já estão sendo desenvolvidos nesse sentido. Mas, pensando materialmente, a abertura de um curso com perspectiva de novas vagas deve ser considerada como democratizante, levando em conta a oportunidade de mais alunos ingressarem e se formarem no *campus*. Reconhece a necessidade de refletir acerca de quem está

235 evadindo e entende como relevantes as questões apresentadas pelas representantes Ester, Daphne e Márcia. Ester Guerra alegou que a abertura de um curso democratiza no acesso, viabilizando o ingresso, mas a falta de assistência estudantil implicará diretamente na permanência do aluno. O professor Felipe Ferreira recordou que ficou assustado com os dados apresentados pelo gerente

240 acadêmico em reuniões passadas, sobretudo quanto ao número de alunos necessário para se adequar às normas. Por isso, entende a necessidade urgente de ofertar mais este curso, ainda que não seja possível para o ano de dois mil e vinte. Destacou a importância da modalidade de ensino médio integrado, como uma saída para o grande dilema da educação básica brasileira. Nesse sentido, defende a

245 abertura do curso e pede uma reflexão com base numa perspectiva social, considerando ainda que o *campus* Petrópolis oferta apenas um curso médio-técnico integrado. O conselheiro Glauco Santos iniciou sua fala elogiando a naturalidade com que estão sendo conduzidas as discussões nesta sessão. Apesar de reconhecer a importância dos problemas apontados, considera que, frente ao

250 cenário externo, é preciso se posicionar de forma estratégica. Defende que, diante do contexto atual, os problemas e limitações existentes não devem inviabilizar a abertura do curso. Contudo, concorda ser necessário repensar as políticas locais de permanência para reanalisar os problemas e tentar combater a evasão, de forma sistêmica. Quanto ao prazo, é favorável à abertura do curso no próximo ano, caso a

255 DIREG aprove. Sugere ofertar disciplinas optativas fora do horário do curso e considera estratégica a abertura de mais um curso, posicionando-se favorável. A chefe da SEPAT, Michele Gonzales, sugeriu que os problemas apresentados sejam tratados de forma coletiva e que sejam trabalhados os espaços (mapa visual), visando auxiliar na emissão de futuros pareceres. Sugeriu também a análise dos

260 motivos que estão contribuindo para evasão e reprovação. A bibliotecária, Luciana Castro, reforçou que os pareceres se basearam numa visão global sobre a implantação do curso. Considera importantes as falas dos professores Glauco Santos e Felipe Ferreira, mas destaca relevantes as demandas de espaço, especialmente quanto aos espaços de convivência para os alunos. O diretor agradeceu a participação democrática de todos nesse conselho. Respondendo

265 algumas questões apresentadas, informou que a Resolução não é muito clara em relação aos pareceres, e entende que estes não são conclusivos ou finalísticos para o processo, cabendo ao CONPUS deliberar com base no pedido de abertura de curso. A respeito do prazo, entende que a Resolução do CEPE demonstra uma

270 intensão de data por uma questão de organização, de um caminho burocrático a ser seguido. Concorda com as falas que defendem a celeridade do processo para dois mil e vinte, principalmente diante do atual cenário. Informou que todas as verbas distribuídas pela SETEC levam em conta o número de alunos efetivamente matriculados. Alega ainda que, quanto menos alunos matriculados, possivelmente

275 menos verbas serão liberadas, inclusive, para a assistência estudantil. Quanto ao aproveitamento das vagas ociosas, já existe uma prática realizada semestralmente pelo Cefet/RJ (editais de reingresso, transferência interna e transferência externa), para aproveitamento das vagas. Contudo, entende que há falha quanto à divulgação de editais, apesar de avanços nesse sentido. A professora Elisabeth pediu para

280 analisar a proposta de segunda graduação, que poderia facilitar o reingresso. O  
diretor entende caber aos colegiados provocar essas discussões internas, e  
aprovarem modelos e novas sistemáticas de acesso, compreendendo que deva  
ocorrer nos Colegiados o nascedouro dos projetos de abertura de curso. Dando  
285 prosseguimento à reunião, o presidente abriu espaço para perguntas e  
esclarecimentos. Neste momento, a representante Márcia Alves solicitou esclarecer  
se todos concordam ser possível a abertura do curso para dois mil e vinte. O  
presidente confirmou ser possível. Diante dessa resposta, Márcia Alves retirou o  
seu encaminhamento, apresentado no início desta reunião, o qual indicava adiar a  
votação para o início de dois mil e vinte e um. Quanto à fala de Daphne Holzer, o  
290 presidente esclareceu que o processo de acessibilidade está em fase de licitação, e  
que o Cefet/RJ já recebeu a verba necessária por meio da Emenda Parlamentar do  
Deputado Federal Glauber Braga, acreditando que as obras sejam iniciadas em  
dezembro deste ano. O diretor pediu uma reflexão no sentido de que, apesar de  
tantos problemas sinalizados, o *campus* Petrópolis está conseguindo ofertar uma  
295 educação de qualidade, obtendo bons resultados no ENEM: quinto lugar entre  
escolas públicas e privadas de Petrópolis, e primeiro lugar entre escolas públicas da  
cidade, destacando que estes são frutos de um esforço coletivo. Em seguida, o  
presidente indicou o encaminhamento para votação do Projeto de Abertura de Curso  
(PAC) do Curso Técnico em Guia de Turismo regional/nacional integrado ao Ensino  
300 Médio. Resultado: dois votos contrários, oito votos a favor e uma abstenção (Ester  
Guerra). Com a aprovação do projeto, o presidente solicitou que o professor Cristino  
encaminhe a versão final para o email da direção do *campus*. O presidente informou  
que enviará o projeto ao CEPE para análise documental e inclusão na pauta da  
próxima reunião que, possivelmente, ocorrerá no dia quinze deste mês, conforme  
305 calendário do CEPE. Passando ao expediente final, comunicou que a aluna Ester  
Guerra foi indicada como suplente do representante discente da Graduação, Daniel  
Silva. Informou, também, que está aguardando a expedição da Portaria que altera a  
coordenação do curso de licenciatura em física, designando o professor Felipe  
Mondaini, como novo coordenador. Informou, ainda, sobre a vacância dos  
310 representantes eleitos da Pesquisa, conforme normas previstas no Regimento do  
CONPUS. Assim, o presidente Frederico Ferreira de Oliveira agradeceu a  
participação de todos e encerrou a sessão às dezesseis horas e cinquenta minutos.  
Lavro a presente ata, que segue assinada por mim, Marcia Maria Pereira de  
Almeida, como secretária, e pelo Sr. Presidente, Frederico Ferreira de Oliveira.

315

Frederico Ferreira de Oliveira  
(Presidente)

Marcia Maria Pereira de Almeida  
(Secretária)